

SUMÁRIO

LISTA DE SIGLAS.....	43
----------------------	----

PARTE I DIREITO INDIVIDUAL DO TRABALHO

CAPÍTULO I

INTRODUÇÃO AO DIREITO DO TRABALHO	47
1. Propedêutica	47
1.1. Conceito de Direito do trabalho	48
1.2. Denominação	49
1.3. Características	50
1.4. Divisão	50
A. Direito individual do trabalho	51
B. Direito coletivo do trabalho.....	51
1.5. Natureza jurídica.....	51
1.6. Funções.....	53
1.7. Autonomia.....	54
1.8. Relações do direito do trabalho com os demais ramos do direito	56
A. Direito civil	56
B. Direito empresarial.....	56
C. Direito penal	56
D. Direito administrativo	57
E. Direito constitucional.....	58
F. Direito tributário.....	61
G. Direito previdenciário.....	61
H. Direito do consumidor	62
I. Direito processual.....	63
1.9. Fundamentos e formação histórica do direito do trabalho	63
A. Europa	63
B. Brasil.....	65
2. Fontes formais do direito do trabalho.....	68
2.1. Conceito.....	68
2.2. Classificação.....	69
A. Fontes estatais ou heterônomas.....	70
– Lei	74
– Convenção da Organização Internacional do Trabalho	75
– Regulamento estatal: Decreto e portaria	79
– Sentença Normativa.....	79
B. Fontes profissionais ou autônomas	80
– Convenção e acordo coletivo de trabalho.....	80
– Regulamento de empresa.....	82
– Contrato individual de trabalho	83

2.3. Hierarquia móvel	85
3. Interpretação	86
3.1. Espécies de interpretação	86
3.2. Regras aplicáveis à interpretação do Direito do Trabalho	87
3.3. Hermenêutica	90
3.4. Métodos básicos de exegese	90
A. Método literal, gramatical ou filológico	90
B. Método teleológico	91
C. Método sistemático	91
D. Método evolutivo	91
E. Método histórico	92
4. Integração do direito do trabalho	92
4.1. Jurisprudência	95
A. Importância	95
B. Formas de manifestação	95
4.2. Analogia	97
4.3. Usos e costumes	100
4.4. Equidade e Direito Comparado	102
A. Equidade	102
B. Direito Comparado	102
4.5. Princípios gerais do Direito do trabalho	103
4.6. Princípio da proteção	105
A. <i>In dubio pro operario</i>	105
B. Aplicação da norma estatal mais favorável	106
C. Aplicação da condição mais benéfica	108
4.7. Princípio da irrenunciabilidade	109
4.8. Princípio da continuidade	110
4.9. Princípio da primazia da realidade	111
4.10. Princípio da substituição automática das cláusulas nulas	112
4.11. Princípio da razoabilidade	112
4.12. Princípio da boa-fé	113
4.13. Princípio da isonomia e da não discriminação	114
4.14. Princípios constitucionais do Direito do trabalho	118
5. Aplicação do direito do trabalho	120
5.1. Vigência das normas trabalhistas	120
A. No tempo	120
B. No espaço	122
5.2. Revogação	123
5.3. Irretroatividade da norma e limitação dos efeitos futuros	124
A. Direito individual do trabalho	126
– Teoria Contratualista da relação de emprego	126
– Teoria institucionalista da relação de emprego	128
– Teoria da manutenção das cláusulas ativas do contrato de trabalho	129
B. Direito coletivo do trabalho	130
6. Indisponibilidade no direito individual do trabalho	130
6.1. Renúncia	133
6.2. Transação no Direito do trabalho	133
7. Flexibilização	137
7.1. Flexibilização legal	137
7.2. Flexibilização contratual	137

7.3. Doutrina.....	138
7.4. Jurisprudência.....	138
7.5. Reforma Trabalhista	140
8. Conflitos de interesses e suas formas de solução.....	144
8.1. Jurisdição	145
8.2. Mediação	146
8.3. Arbitragem.....	146
8.4. Comissões de conciliação prévia.....	150
8.5. Autocomposição	152
9. Prescrição e decadência.....	153
10. Quadro sinóptico.....	154
11. Informativos do TST sobre a matéria	159
12. Questões	173
12.1. Questões objetivas.....	173
12.2. Questões discursivas.....	185
12.3. Gabarito das questões objetivas.....	186
12.4. Gabarito das questões discursivas	191

CAPÍTULO II

RELAÇÃO DE TRABALHO E DE EMPREGO..... 193

1. Estrutura da relação empregatícia.....	193
1.1. Elementos Componentes	193
1.2. Natureza jurídica.....	196
2. Relações de trabalho.....	198
2.1. Competência da Justiça do Trabalho	199
2.2. Trabalho autônomo.....	200
2.3. Trabalho eventual.....	202
2.4. Trabalho avulso.....	203
2.5. Trabalhador avulso portuário e não portuário.....	206
2.6. Estágio.....	211
A. Conceito de estágio	211
B. Espécies de estágio.....	211
C. Requisitos de validade do contrato de estágio	211
D. Principais obrigações	212
E. Principais características do contrato de estágio	212
F. Sujeitos.....	213
G. Nulidade do contrato de estágio	214
H. Estágio jurídico	216
2.7. Cooperativas de mão de obra	217
A. Previsão legal	217
B. Conceito, características e espécies.....	218
C. Princípios e valores que regem a cooperativa.....	219
D. Princípio da primazia da realidade	220
2.8. Trabalho voluntário.....	222
2.9. Médico-residente	224
2.10. Profissionais de salão de beleza	225
A. Requisitos de validade do contrato e cláusulas obrigatórias	225
B. Características do contrato	226
C. Vedações.....	226
D. Aplicação do princípio da primazia da realidade	227

3. Admissão e registro do empregado	227
3.1. CTPS.....	227
A. Conteúdo	228
B. Prazo para formalização	229
C. Prova	229
D. Omissão do empregador.....	230
E. Contrato a prazo de trabalhador rural.....	230
F. Crime de falsidade ideológica	231
3.2. Registro de empregado.....	232
4. Trabalho escravo e degradante.....	232
4.1. Conceito e denominações	233
4.2. Características.....	233
4.3. O combate ao trabalho escravo	234
A. No plano internacional.....	234
B. No âmbito interno	235
4.4. Efeitos da constatação do trabalho escravo	236
A. Órbita penal.....	236
B. Órbita trabalhista	237
C. Órbita administrativa	238
5. Quadro sinóptico.....	240
6. Informativos do TST sobre a matéria.....	243
7. Questões	245
7.1. Questões objetivas.....	245
7.2. Questões discursivas.....	250
7.3. Gabarito das questões objetivas	251
7.4. Gabarito das questões discursivas	253

CAPÍTULO III

CONTRATO DE EMPREGO..... 255

1. Denominação	255
2. Conceito	256
3. Modalidades de contrato de trabalho.....	257
3.1. Contrato de trabalho expreso e tácito.....	257
A. Contrato de trabalho expreso	257
B. Contrato de trabalho tácito	258
3.2. Por tempo indeterminado	258
3.3. Por tempo determinado	259
– Forma.....	259
– Características	259
– Prazo	260
– Prorrogação	260
– Renovação	260
– Extinção antecipada.....	260
– Estabilidade.....	262
– Efeitos	262
A. Contrato a prazo conforme a CLT	263
B. Contrato de experiência e período de experiência	264
C. Contrato por obra certa.....	265
D. Contrato com cláusula de rescisão antecipada.....	266
E. Contrato de trabalho da Lei nº 9.601/98.....	266

F.	Contrato de trabalho temporário.....	268
–	Justificativas para contratação de trabalhador temporário.....	268
–	Formalização do contrato temporário.....	269
–	Responsabilidades da empresa tomadora de serviços.....	270
–	Prazo e prorrogação.....	270
–	Direitos trabalhistas.....	271
–	Características.....	271
–	Vedações.....	272
–	Principais alterações promovidas na Lei do Trabalho Temporário por conta da edição da Lei nº 13.429/17.....	272
G.	Outros contratos de trabalho por tempo determinado.....	273
3.4.	Contrato de trabalho por equipe.....	274
3.5.	Contrato de emprego e contratos afins.....	275
A.	Locação de serviços – prestação de serviços.....	276
B.	Empreitada.....	277
C.	Representação comercial.....	277
D.	Mandato.....	279
E.	Sociedade.....	280
F.	Parceria.....	280
3.6.	Pré-contratações.....	281
A.	Requisitos para configuração.....	282
B.	Efeitos.....	282
C.	Direitos decorrentes.....	283
D.	Hipótese de perdas e danos.....	283
4.	Caracterização e classificação do contrato de emprego.....	285
4.1.	Típico.....	285
4.2.	Execução sucessiva.....	286
4.3.	Comutativo.....	286
4.4.	Oneroso.....	287
4.5.	Informal.....	287
4.6.	Personalíssimo.....	287
5.	Conteúdo do contrato de emprego.....	289
5.1.	Cláusulas convencionais.....	289
5.2.	Cláusulas normativas.....	290
5.3.	Cláusulas tácitas.....	290
5.4.	Cláusula de não concorrência.....	290
6.	Elementos essenciais do contrato de trabalho.....	291
6.1.	Agente capaz.....	291
A.	Capacidade do trabalhador.....	292
B.	Capacidade do empregador.....	293
C.	Capacidade e legitimidade do empregado imigrante.....	293
6.2.	Objeto lícito, possível, determinado ou determinável.....	294
6.3.	Forma prescrita ou não defesa em lei.....	296
A.	Contrato escrito.....	296
B.	Concurso público e processo seletivo.....	296
7.	Elementos acidentais do contrato de emprego.....	298
7.1.	Termo.....	298
7.2.	Condição.....	298
7.3.	Encargo.....	299
8.	Formas de invalidade do contrato de emprego.....	299

8.1. Nulidade total do contrato de trabalho	299
8.2. Nulidade parcial do contrato de trabalho	300
8.3. Dissimulação de contrato de emprego	300
8.4. Efeitos da declaração de nulidade	301
A. Efeitos da nulidade quanto à forma	301
B. Efeitos da nulidade quanto ao objeto	308
C. Efeitos da nulidade quanto à capacidade do sujeito	308
8.5. Trabalho ilícito e trabalho proibido	308
9. Efeitos do contrato de emprego: diretos e conexos	309
9.1. Direitos, deveres e obrigações do empregador	309
A. Obrigações do empregador	310
B. Deveres do empregador	310
C. Direitos do empregador	311
9.2. Direitos, deveres e obrigações do empregado	311
A. Obrigações do empregado	311
B. Deveres do empregado	311
C. Direitos do empregado	312
D. Direitos conexos do contrato de trabalho: invenção do empregado	312
9.3. Os poderes do empregador	316
A. Poder de organização e regulamentação	317
B. Poder de controle ou de fiscalização	318
C. Poder disciplinar	319
10. Quadro sinóptico	320
11. Informativos do TST sobre a matéria	325
12. Questões	328
12.1. Questões objetivas	328
12.2. Questões discursivas	336
12.3. Gabarito das questões objetivas	337
12.4. Gabarito das questões discursivas	340

CAPÍTULO IV

EMPREGADO 341

1. Conceito e denominações	341
2. Caracterização	342
2.1. Pessoaalidade	343
2.2. Onerosidade	343
2.3. Não eventualidade	343
2.4. Subordinação	346
A. Conceito	346
B. Natureza jurídica	346
C. Espécies	346
2.5. Sistema de indícios	349
A. Alteridade	349
B. Dependência tecnológica	350
C. Continuidade	351
3. Empregados diferenciados	351
3.1. Altos empregados	352
3.2. Trabalhador hipersuficiente	352
3.3. Empregado de confiança	354
3.4. Diretores e sócios	355

4.	Aprendiz	356
4.1.	Conceito	356
4.2.	Características	357
4.3.	Obrigatoriedade de contratação	358
4.4.	Direitos trabalhistas	359
4.5.	Extinção do contrato de aprendizagem.....	359
5.	Empregado doméstico.....	362
5.1.	Caracterização.....	362
5.2.	Empregado doméstico e diarista.....	363
5.3.	Aplicabilidade da CLT e direitos trabalhistas	364
5.4.	Contrato por tempo determinado	364
5.5.	Carteira de Trabalho e Previdência Social – CTPS.....	365
5.6.	Jornada de trabalho.....	366
5.7.	Repouso semanal remunerado.....	371
5.8.	Férias	372
5.9.	Descontos salariais	373
5.10.	Vale-transporte.....	374
5.11.	Licença e estabilidade gestante	374
5.12.	FGTS	375
5.13.	Aviso prévio	376
5.14.	Seguro-desemprego	377
5.15.	Justa causa e rescisão indireta do contrato de trabalho	379
5.16.	Salário-família.....	380
5.17.	Prescrição.....	381
5.18.	Simples doméstico	381
5.19.	Fiscalização e autuação	381
5.20.	Incentivo à formalização do contrato de trabalho doméstico	382
5.21.	Resumo dos direitos trabalhistas dos domésticos	383
6.	Trabalho em domicílio	385
7.	Mãe social	386
8.	Empregado público.....	391
8.1.	Conceito.....	391
8.2.	Formalidade para contratação – concurso público.....	391
A.	Conselhos profissionais.....	392
B.	Empresas públicas e sociedades de economia mista	393
8.3.	Regime celetista e regime estatutário	393
A.	Conversão do regime celetista para o estatutário	393
B.	Agentes comunitários de saúde	394
C.	Consórcios públicos	394
8.4.	Direitos e deveres dos empregados públicos.....	394
A.	Isonomia salarial.....	396
B.	Alteração contratual.....	396
C.	Teto remuneratório.....	397
D.	Proibição de acumulação de empregos públicos.....	397
8.5.	Estabilidade do empregado da administração pública direta, autárquica e fundacional	398
8.6.	Empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.....	400
9.	Trabalho do indígena	403
9.1.	A capacidade do indígena.....	403
9.2.	Validade do contrato de trabalho celebrado com o indígena	403
10.	Trabalho da criança e do adolescente.....	404

10.1. Proteção no plano internacional – Trabalho Infantil.....	405
10.2. Proteção no plano interno.....	405
A. Trabalho proibido para a criança e para o adolescente.....	406
B. Consequências do trabalho proibido.....	407
C. Autorização especial para o trabalho.....	407
D. Direitos e peculiaridades do trabalhador adolescente.....	408
11. Mulher empregada.....	410
11.1. Proteção legal.....	410
A. Proteção à mulher.....	410
B. Proteção à maternidade.....	412
11.2. Discriminação.....	418
12. Trabalhador com deficiência.....	420
12.1. Conceito.....	420
12.2. Sistema de cotas para trabalhadores deficientes.....	420
12.3. Contrato de aprendizagem com trabalhadores deficientes.....	422
13. Teletrabalhador.....	423
13.1. Disciplinamento legal.....	424
13.2. Conceito e denominações de teletrabalho.....	424
13.3. Natureza jurídica da relação de teletrabalho.....	425
13.4. Elementos do teletrabalho.....	426
A. Utilização das novas tecnologias.....	426
B. Local da prestação de serviços.....	427
13.5. Requisitos formais.....	427
14. Emprego intermitente.....	428
14.1. Conceito.....	429
14.2. Formalidades.....	430
14.3. Isonomia salarial horária.....	430
14.4. Convocação.....	431
14.5. Direitos trabalhistas.....	431
15. Profissões regulamentadas.....	435
15.1. Atleta profissional.....	435
A. Requisitos do contrato de trabalho.....	435
B. Cláusula penal – cláusula indenizatória desportiva.....	435
C. Direito de arena.....	436
D. Atleta profissional de futebol.....	436
15.2. Professor.....	438
A. Remuneração.....	438
B. Jornada de trabalho.....	438
C. Repouso semanal remunerado.....	440
D. Férias indenizadas e aviso prévio.....	440
15.3. Músico.....	441
A. Contrato de trabalho e nota contratual.....	441
B. Jornada normal de trabalho.....	442
C. Horas extras.....	442
15.4. Petroleiro.....	442
15.5. Aeronauta.....	443
15.6. Portuário.....	444
A. Jornada de trabalho.....	444
B. Adicional de risco.....	445
15.7. Jornalista.....	445

15.8. Vendedor viajante	446
15.9. Motorista	448
15.10. Outras profissões regulamentadas	449
16. Empregado verde e amarelo	450
16.1. Contrato Verde e Amarelo	450
16.2. Restrições quanto à contratação	450
A. Quantidade de empregados	450
B. Substituição da forma de contratação	451
C. Limite salarial	451
D. Trabalhadores submetidos a legislação especial	451
16.3. Prazo	451
16.4. Pagamentos antecipados ao empregado	451
16.5. Jornada de trabalho, compensação e banco de horas	452
16.6. Isenções tributárias	452
16.7. Rescisão contratual	452
16.8. Prioridade em ações de qualificação profissional	453
16.9. Quitação de obrigações para reduzir litígios	453
16.10. Seguro por exposição a perigo previsto em lei	453
17. Quadro sinóptico	453
18. Informativos do TST sobre a matéria	461
18. Questões	472
18.1. Questões objetivas	472
18.2. Questões discursivas	479
18.3. Gabarito das questões objetivas	479

CAPÍTULO V

EMPREGADOR	483
1. Conceito e denominações	483
2. Caracterização	484
3. Empresa, estabelecimento e responsabilidade dos sócios	484
3.1. Distinção entre empresa e estabelecimento	485
3.2. Responsabilidade do sócio	485
4. Empresa pública e sociedade de economia mista	489
5. Grupo econômico	491
5.1. Conceito	492
5.2. Efeitos decorrentes da solidariedade	493
6. Sucessão de empregadores	495
6.1. Responsabilidade do sucessor e do sucedido	496
6.2. Sucessão parcial	497
6.3. Cláusula de não responsabilização	498
6.4. Falência e recuperação judicial	499
6.5. Sucessão na Administração Pública	499
7. Consórcio de empregadores	501
8. Empregador rural	503
8.1. Horário noturno e adicional noturno	504
8.2. Intervalo intrajornada	504
8.3. Aviso-prévio	505
8.4. Salário <i>in natura</i>	506
8.5. Atividade industrial em estabelecimento agrário	507
8.6. Legislação aplicável – Lei nº 5.889/73	508

8.7. Contrato de safra e de curto prazo.....	511
9. Cartório não oficializado.....	515
10. Terceirização.....	516
10.1. Proteção legal e jurisprudencial.....	518
10.2. Conceito, sujeitos e contrato de facção.....	519
A. Conceito e requisitos do contrato de prestação de serviços.....	519
B. Sujeitos da terceirização.....	519
C. Contrato de facção.....	520
D. Efeitos do contrato de facção.....	521
10.3. Terceirização lícita e ilícita.....	521
10.4. Quarentena.....	523
10.5. Contrato de empreitada e subempreitada.....	524
10.6. Terceirização na administração pública.....	526
A. Ônus da prova da culpa.....	529
B. Revogação tácita do § 1º, art. 71 da Lei nº 8.666 pela Lei nº 13.429/17.....	529
10.7. Efeitos da terceirização ilícita.....	530
10.8. Efeitos da terceirização lícita.....	530
A. Responsabilidade subsidiária.....	530
B. Extensão das condições de trabalho oferecidas pela contratante para os terceirizados.....	532
11. Quadro sinóptico.....	534
12. Informativos do TST sobre a matéria.....	538
13. Questões.....	542
13.1. Questões objetivas.....	542
13.2. Questões discursivas.....	551
13.3. Gabarito das questões objetivas.....	552

CAPÍTULO VI

REMUNERAÇÃO E SALÁRIO 555

1. Salário.....	555
1.1. Conceito.....	556
1.2. Denominações.....	556
1.3. Características.....	557
A. Caráter forfetário.....	557
B. Caráter alimentar.....	558
C. Crédito superprivilegiado.....	558
D. Pós-numerário ou pós-serviço.....	559
E. Determinação unilateral com limitação da autonomia da vontade.....	559
F. Persistência ou continuidade.....	560
G. Periodicidade.....	560
1.4. Distinção entre remuneração e salário.....	560
1.5. Gorjetas.....	561
A. Espécies de gorjeta.....	563
B. Anotações na CTPS.....	563
C. Natureza jurídica.....	564
D. Gorjeta e encargos sociais, previdenciários e trabalhistas.....	565
E. Divisão do valor arrecadado a título de gorjeta.....	565
F. Multa.....	566
1.6. Gueltas.....	566
2. Limites quantitativos do salário.....	566
2.1. Piso salarial.....	566

2.2.	Teto salarial.....	567
2.3.	Salário mínimo	568
	A. Conceito	568
	B. Características	569
	C. Meio de pagamento.....	571
	D. Salário mínimo proporcional.....	572
2.4.	Salário profissional.....	573
	A. Salários profissionais fixados por lei.....	573
	B. Inconstitucionalidade dos salários profissionais fixados por lei.....	574
2.5.	Piso da categoria profissional – salário normativo.....	575
2.6.	Reajuste salarial.....	575
3.	Formas de aferição do salário.....	576
3.1.	Salário por unidade de tempo	576
3.2.	Salário por tarefa ou peça	577
3.3.	Salário por comissão e a cláusula <i>star del credere</i>	577
	A. Cláusula <i>star del credere</i>	578
	B. Composição salarial.....	579
3.4.	Tempo do pagamento	580
3.5.	Dos meios de pagamento em pecúnia	580
3.6.	Lugar do pagamento	581
3.7.	Prova do pagamento.....	581
4.	Composição do salário	582
4.1.	Salário complessivo	583
5.	Modalidades de salário	584
5.1.	Adicionais	584
	A. Adicional de hora extra.....	586
	B. Adicional noturno	587
	C. Adicional de insalubridade, periculosidade e penosidade.....	589
	D. Adicional por tempo de serviço	602
	E. Adicional de transferência.....	602
	F. Adicional por acúmulo de função	603
5.2.	Gratificações	603
	A. Gratificação de Natal – 13º salário.....	605
	B. Gratificação de função comissionada	606
	C. Gratificação por tempo de serviço.....	607
6.	Parcelas não salariais.....	608
6.1.	Ajuda de custo	610
6.2.	Diárias	610
6.3.	Salário-família.....	611
6.4.	Participação nos lucros e no faturamento da empresa	612
	A. Participação nos lucros ou resultados.....	613
	B. Abono do PIS.....	614
	C. Abono do PASEP	616
6.5.	Salário-educação	617
6.6.	<i>Stock options</i>	617
	A. Preço da emissão da ação	618
	B. Período de carência.....	618
	C. Prazo para o exercício da opção	618
	D. Natureza jurídica	619
6.7.	Salário-maternidade	619

6.8. Prêmios.....	620
6.9. Abonos	621
7. Salário <i>in natura</i> e utilidades não salariais	621
7.1. Alimentação.....	624
7.2. Habitação	626
7.3. Uniforme.....	626
7.4. Transporte.....	627
A. Natureza jurídica	627
B. Contribuição do empregado	628
C. Ônus da prova.....	628
D. Quantidade	628
7.5. Vale-Cultura	629
8. Proteção ao salário.....	631
8.1. Proteção contra atos do empregador.....	631
A. Irredutibilidade salarial	631
B. Descontos salariais.....	633
C. <i>Truck system</i>	638
D. Retenção salarial	638
8.2. Proteção contra atos de terceiros	638
8.3. Proteção contra atos do próprio empregado	640
9. Equiparação salarial.....	640
9.1. O Princípio da igualdade salarial.....	642
A. Requisitos para reconhecimento da isonomia salarial	642
B. Isonomia salarial no serviço público.....	643
9.2. Trabalho de igual valor.....	644
9.3. Mesmo estabelecimento	644
9.4. Tempo de serviço	645
9.5. Contemporaneidade	645
9.6. Inexistência de plano de cargos e salários.....	646
9.7. Enquadramento	648
9.8. Acúmulo e mudança de função	649
10. Quadro sinóptico.....	650
11. Informativos do TST sobre a matéria	656
12. Questões	671
12.1. Questões Objetivas	671
12.2. Questões discursivas.....	685
12.3. Gabarito das questões objetivas	686

CAPÍTULO VII

DURAÇÃO DO TRABALHO 691

1. Fundamentos e objetivos.....	691
2. Jornada de trabalho, horário de trabalho e tempo à disposição do empregador	692
A. Jornada de trabalho	692
B. Horário de trabalho.....	693
C. Tempo à disposição do empregador.....	693
2.1. Trabalho em regime de tempo parcial.....	695
2.2. Registro de horário de trabalho	696
A. Assinatura nos registros de frequência.....	697
B. Tolerância no registro do horário de entrada e saída.....	698
C. Tolerância no registro do intervalo intrajornada.....	699

2.3. Registro eletrônico de ponto – REP	699
3. Trabalho extraordinário.....	700
3.1. Acordo de prorrogação.....	701
3.2. Horas extras decorrentes de necessidade imperiosa de serviços.....	701
3.3. Proibições e limitações da jornada extraordinária.....	702
A. Trabalho em regime de tempo parcial de 30 horas por semana.....	703
B. Aprendiz.....	703
C. Atividades insalubres	703
D. Adolescente	704
3.4. Acordo de compensação de jornada de trabalho	704
A. Acordo individual de compensação de jornada	704
B. Jornada de “12 x 36”	706
C. Semana espanhola e semana inglesa	708
3.5. Banco de horas.....	708
A. Banco de horas instituído por convenção ou acordo coletivo de trabalho.....	709
B. Banco de horas instituído por acordo individual.....	709
C. Inobservância do ajuste de banco de horas.....	710
3.6. Horas <i>in itinere</i>	711
3.7. Horas de sobreaviso	713
3.8. Horas de prontidão	715
3.9. Trabalho em regime de revezamento	716
A. Concessão de intervalos intrajornada.....	717
B. Intervalo interjornada e repouso semanal remunerado	718
C. Divisor-hora.....	718
D. Revezamento em atividades petrolíferas	718
3.10. Horas extras em regime de tempo parcial	719
4. Empregados excluídos do direito às horas extras	720
4.1. Trabalho externo.....	720
4.2. Cargo de gestão.....	722
4.3. Teletrabalhador	723
5. Valor das horas extras	725
5.1. Divisor de horas.....	726
5.2. Salário fixo e variável.....	727
5.3. Efeito reflexo do labor extraordinário	728
A. Horas extras e repouso semanal remunerado.....	729
B. Horas extras e 13º salário.....	731
C. Horas extras e férias.....	731
D. Reflexo das horas extras sobre o FGTS	732
6. Jornadas especiais de trabalho.....	732
6.1. Bancário.....	732
A. Divisor	733
B. Base de cálculo	735
C. Bancário por equiparação	736
D. Pré-contratação de horas extras	738
E. Intervalo intrajornada.....	740
6.2. Advogado.....	741
6.3. Telefonista	741
6.4. Digitador	742
6.5. Motorista	743
A. Aplicabilidade subjetiva da Lei nº 13.103/15.....	745

B.	Principais institutos	745
C.	Regras para as viagens de até sete dias	746
D.	Regras para as viagens superiores a sete dias	746
E.	Regras para o transporte de passageiros	747
6.6.	Outros profissionais	747
7.	Jornada noturna do trabalhador urbano	748
7.1.	Adicional noturno	749
7.2.	Hora ficta noturna	749
7.3.	Jornada mista	751
7.4.	Trabalho noturno do adolescente	752
7.5.	Horário noturno do trabalhador rural	752
7.6.	Efeitos do trabalho noturno	752
8.	Repouso	754
8.1.	Intervalo intrajornada	754
8.2.	Intervalos intrajornada especiais	758
A.	Intervalo especial do digitador	758
B.	Intervalo para amamentação	759
C.	Intervalo do trabalhador em câmaras frigoríficas	759
8.3.	Intervalo interjornada	759
8.4.	Efeitos da não concessão dos intervalos	760
8.5.	Repouso semanal remunerado	761
A.	Feridos	761
B.	Legalidade do labor em domingos e feriados	762
C.	Valor do repouso	764
9.	Descanso anual remunerado – férias	769
9.1.	Período aquisitivo	770
9.2.	Período concessivo	770
9.3.	Período de gozo	770
A.	Relação entre faltas injustificadas e o período de gozo de férias	771
B.	Perda do gozo de férias	771
C.	Licença acidentária e maternidade	772
D.	Divisão do período de gozo de férias	773
9.4.	Período de gozo de férias no regime de tempo parcial	774
9.5.	Pagamento	775
9.6.	Abono de férias	777
9.7.	Aviso-prévio de férias	777
9.8.	Férias coletivas	778
9.9.	Efeitos na extinção contratual	779
9.10.	Prescrição	781
10.	Quadro sinóptico	781
11.	Informativos do TST sobre a matéria	787
12.	Questões	799
12.1.	Questões objetivas	799
12.2.	Questões discursivas	817
12.3.	Gabarito das questões objetivas	817

CAPÍTULO VIII

ALTERAÇÃO, SUSPENSÃO, INTERRUPÇÃO E EXTINÇÃO DO CONTRATO DE TRABALHO

823

1.	Alterações do contrato de trabalho	824
----	--	-----

1.1.	Espécies de alteração contratual.....	824
	A. Alteração objetiva e subjetiva.....	824
	B. Alteração individual e coletiva.....	825
	C. Alteração unilateral e bilateral.....	825
1.2.	Alteração ilícita do contrato de trabalho.....	826
	A. Alterações legais.....	826
	B. Alterações no âmbito dos contratos firmados pela administração pública.....	827
1.3.	Efeitos da alteração ilícita.....	827
	A. Prescrição total em alteração ou descumprimento contratual.....	829
	B. Prescrição parcial em alteração ou descumprimento contratual.....	830
1.4.	<i>Ius variandi</i> do empregador e o <i>ius resistantiae</i> do empregado.....	831
	A. <i>Pacta sunt servanda</i>	831
	B. Cláusula <i>rebus sic stantibus</i>	832
1.5.	Cláusulas substanciais do contrato de trabalho.....	832
	A. Remoção.....	833
	B. Reversão.....	833
	C. Promoção e rebaixamento.....	835
	D. Alteração no horário de trabalho.....	836
	E. Redução de remuneração.....	837
1.6.	Transferência do local de trabalho.....	838
	A. Conceito e delimitação.....	838
	B. Legalidade da transferência.....	838
	C. Exceções.....	839
	D. Transferência definitiva e provisória.....	842
	E. Adicional de transferência.....	842
2.	Suspensão e interrupção do contrato de trabalho.....	845
2.1.	Conceito.....	846
2.2.	Caracterização.....	846
2.3.	Distinções.....	846
2.4.	Casos de interrupção do contrato de trabalho.....	847
	A. Faltas ao serviço.....	847
	B. <i>Lockout</i>	849
	C. Incapacidade para o trabalho por até 15 dias.....	850
	D. Membro de comissão de conciliação prévia.....	850
	E. Outras causas de interrupção.....	851
	F. Faltas abonadas X faltas justificadas.....	852
2.5.	Causas de suspensão do contrato de trabalho.....	853
	A. Suspensão disciplinar do empregado.....	853
	B. Aposentadoria por incapacidade permanente.....	853
	C. Incapacidade por tempo superior a quinze dias.....	855
	D. Eleição para o cargo de diretor.....	855
	E. Mulher em situação de violência doméstica ou familiar.....	856
	F. Outros casos de suspensão.....	857
2.6.	Situações especiais.....	857
	A. Participação em movimento grevista.....	857
	B. Acidente do trabalho – doença ocupacional.....	858
	C. Plano de saúde.....	860
	D. Serviço militar obrigatório e outros encargos públicos.....	861
	E. Suspensão para qualificação profissional – <i>Lay-off</i>	862
	F. Licença-maternidade.....	865

G. Afastamento de dirigente sindical	867
H. Contrato por tempo determinado.....	868
2.7. Efeitos da suspensão e da interrupção do contrato de trabalho	869
A. Impossibilidade de extinção do contrato de trabalho	869
B. Garantias quando do retorno ao serviço.....	871
C. Férias.....	872
D. Prescrição	873
3. Cessação do contrato de emprego.....	874
3.1. Causas e classificação.....	874
A. Extinção normal do contrato de trabalho.....	874
B. Distrato do contrato de trabalho.....	874
C. Outras causas de extinção do contrato de trabalho.....	876
3.2. Rescisão unilateral: resilição contratual.....	877
A. Despedida do empregado	877
B. Natureza jurídica da despedida do empregado	877
C. Limites para o exercício	878
D. Demissão do empregado.....	878
E. Plano de Demissão Voluntária – PDV	879
3.3. Aposentadoria.....	880
A. Conceito	881
B. Denominação.....	881
C. Espécies.....	881
D. Aposentadoria como causa extintiva do contrato de trabalho.....	882
3.4. Força maior.....	883
3.5. Falência, recuperação judicial e extrajudicial.....	884
3.6. <i>Factum principis</i>	885
3.7. Morte e extinção da atividade empresarial	887
3.8. Despedida por justa causa	887
3.9. Exceção do contrato não cumprido.....	889
3.10. Vínculo de confiança	889
3.11. Pressupostos e requisitos para aplicação da justa causa.....	890
A. Tipicidade	890
B. Autoria e materialidade.....	891
C. Nexo de causalidade	891
D. Imediatidade	891
E. Proporcionalidade	892
3.12. Espécies	892
A. Ato de improbidade.....	893
B. Incontinência de conduta e mau procedimento	894
C. Negociação habitual	894
D. Condenação criminal	895
E. Desídia.....	895
F. Embriaguez habitual ou em serviço	896
G. Violação de segredo.....	896
H. Ato de indisciplina e de insubordinação.....	897
I. Abandono de serviço	897
J. Ato lesivo da honra ou da boa fama.....	898
K. Ofensas físicas	898
L. Prática constante de jogos de azar	899
M. Perda da habilitação profissional	900

N. Justas causas especiais	900
3.13. Efeitos da alegação de prática de falta	901
3.14. Efeitos da sentença crime no processo do trabalho	902
3.15. Despedida indireta	903
A. Exigir serviço superior às forças do empregado	904
B. Trabalho proibido e contrário aos bons costumes.....	905
C. Inadimplemento contratual	906
D. Tratamento com rigor excessivo	908
E. Ato lesivo à honra.....	909
F. Perigo manifesto de mal considerável.....	909
G. Ofensas físicas	910
3.16. Culpa recíproca.....	910
3.17. Falta grave.....	911
3.18. Extinção do contrato de trabalho do adolescente.....	912
3.19. Dispensa coletiva	912
4. Obrigações decorrentes da cessação do contrato de emprego	913
4.1. Indenização por tempo de serviço	914
4.2. Indenização adicional.....	914
4.3. Aviso-prévio	915
A. Conceito	915
B. Aviso-prévio proporcional.....	916
C. Aviso-prévio do empregado	920
D. Natureza jurídica	921
E. Obrigações derivadas do contrato de trabalho.....	921
F. Jornada reduzida.....	923
G. Efeitos do aviso-prévio.....	924
H. Valor do aviso-prévio indenizado.....	925
4.4. Multa do art. 477 da Consolidação das Leis do Trabalho.....	926
A. Falência e recuperação judicial	927
B. Pagamento parcial	927
4.5. Aviso-prévio “cumprido em casa”	927
4.6. Multa do art. 467 da Consolidação das Leis do Trabalho.....	927
4.7. Procedimentos e direitos concernentes à cessação do contrato	928
A. Quitação de parcelas trabalhistas	928
B. Eficácia liberatória	929
4.8. Prescrição	929
A. Prazo prescricional fixado pela CF/88 e CLT	930
B. Termo inicial	930
C. Aspectos processuais	931
D. A prescrição do Código Civil.....	932
E. FGTS	933
F. Interrupção e suspensão da prescrição	934
G. Incapazes	936
H. Dano moral.....	937
I. Acidente do trabalho e doença ocupacional	938
J. Súmulas e Orientações Jurisprudenciais do TST e prescrição	939
4.9. Decadência	941
4.10. Despedida sem justa causa	944
A. Parcelas rescisórias	944
B. Seguro-desemprego	946

4.11. Demissão	950
4.12. Despedida por justa causa	951
4.13. Despedida indireta	951
4.14. Culpa recíproca.....	952
4.15. Fim do contrato por tempo determinado	953
4.16. Aposentadoria.....	954
4.17. Falência, recuperação judicial e extrajudicial.....	955
4.18. Força maior.....	955
5. Quadro sinóptico.....	957
6. Informativos do TST sobre a matéria	968
7. Questões	981
7.1. Questões objetivas.....	981
7.2. Questões discursivas.....	1007
7.3. Gabarito das questões objetivas	1008

CAPÍTULO IX

FGTS E ESTABILIDADE	1017
1. FGTS.....	1017
1.1. Histórico do FGTS.....	1017
1.2. Conceito e características	1019
A. Conceito	1019
B. Finalidades	1019
C. Ônus da prova.....	1020
1.3. Trabalhadores protegidos e situações especiais	1020
A. Diretores não empregados	1020
B. Servidor público	1020
C. Empregados rurais.....	1021
1.4. Natureza jurídica.....	1021
1.5. Hipóteses para movimentação da conta vinculada.....	1023
1.6. Multa de 40%.....	1026
1.7. Valor do depósito – base de cálculo – atualização monetária.....	1027
1.8. Prescrição.....	1030
1.9. Lei Complementar nº 110/01	1031
1.10. Administração, gestão e operação do FGTS	1032
A. Conselho curador do FGTS	1032
B. Gestão da aplicação do FGTS.....	1033
C. Operação do FGTS.....	1034
D. Estabilidade no emprego	1034
1.11. FGTS do doméstico.....	1034
2. Estabilidade e garantias provisórias de emprego.....	1036
2.1. Introdução	1036
2.2. Antecedentes históricos.....	1036
2.3. Conceito e denominações	1037
2.4. Fundamentos	1037
2.5. Caracterização.....	1038
2.6. Distinções.....	1039
2.7. Convenção nº 158 da Organização Internacional do Trabalho	1040
2.8. Estabilidade e função de confiança.....	1041
3. Formas de estabilidade	1042
3.1. Estabilidade definitiva.....	1043

A.	Estabilidade da Consolidação das Leis do Trabalho.....	1043
B.	Estabilidade de servidor público celetista.....	1043
3.2.	Estabilidade provisória.....	1046
A.	Dirigente sindical.....	1047
B.	Membro da CIPA.....	1050
C.	Empregada gestante.....	1052
D.	Empregado acidentado.....	1056
E.	Integrante de comissão de representantes da empresa.....	1057
F.	Outras estabilidades provisórias.....	1058
4.	Teoria da nulidade da despedida arbitrária.....	1068
5.	Renúncia à estabilidade.....	1069
6.	Homologação.....	1071
7.	Despedida de empregado estável.....	1072
8.	Efeitos da dispensa arbitrária ou sem justa causa.....	1072
8.1.	Readmissão.....	1073
8.2.	Reintegração.....	1073
8.3.	Indenizações rescisórias.....	1073
8.4.	Fechamento da empresa e do estabelecimento.....	1075
8.5.	Força maior.....	1075
8.6.	Despedida obstativa.....	1075
8.7.	Prescrição da pretensão de reintegração.....	1076
9.	Exclusão do direito à estabilidade.....	1076
9.1.	Aviso-prévio concedido.....	1077
9.2.	Contrato por tempo determinado.....	1077
9.3.	Extinção da empresa.....	1079
10.	Cláusula de permanência.....	1079
11.	Quadro sinóptico.....	1081
12.	Informativos do TST sobre a matéria.....	1085
13.	Questões.....	1091
13.1.	Questões objetivas.....	1091
13.2.	Questões discursivas.....	1100
13.3.	Gabarito das questões objetivas.....	1101

CAPÍTULO X

SEGURANÇA, HIGIENE E MEDICINA DO TRABALHO..... 1105

1.	Meio ambiente do trabalho.....	1105
1.1.	Proteção legal ao meio ambiente.....	1105
1.2.	Proteção legal ao meio ambiente do trabalho.....	1106
1.3.	Normas regulamentadoras.....	1109
2.	Periculosidade e insalubridade.....	1110
2.1.	Legalidade estrita.....	1111
2.2.	Perícia.....	1114
2.3.	Adicional de periculosidade e de insalubridade.....	1115
A.	Adicional de insalubridade.....	1115
B.	Adicional de periculosidade.....	1117
2.4.	Natureza jurídica.....	1123
2.5.	Eliminação da insalubridade e da periculosidade.....	1124
3.	Trabalho do adolescente e da mulher em local insalubre.....	1125
4.	Órgãos internos de prevenção de acidentes do trabalho e doenças ocupacionais.....	1126
4.1.	CIPA.....	1127

4.2. SESMT.....	1128
5. Equipamentos de proteção individual	1129
6. Medidas preventivas	1130
6.1. Perfil Profissiográfico Previdenciário – PPP	1131
A. Conceito e conteúdo	1132
B. O PPP e o dever de sigilo profissional.....	1133
C. Meio de prova	1133
6.2. Programa de prevenção de riscos ambientais – PPRA	1133
A. Fatores de risco e estrutura do PPRA	1134
B. Avaliação de desenvolvimento do PPRA.....	1134
C. Meio de prova	1135
6.3. Programa de Controle Médico e de Saúde Ocupacional – PCMSO	1135
A. Diretrizes.....	1135
B. O profissional médico responsável pelo PCMSO.....	1136
C. Etapas de elaboração.....	1137
D. Relatório do PCMSO.....	1137
E. Meio de prova	1138
6.4. Programa de Gerenciamento de Riscos – PGR.....	1138
A. Obrigatoriedade do PGR.....	1138
B. Diretrizes do PGR.....	1139
C. Etapas do PGR.....	1140
D. Documentos do PGR.....	1141
E. Meio de prova	1141
7. Descumprimento das normas de proteção à saúde e segurança do trabalho	1142
8. Quadro sinóptico.....	1145
9. Informativos do TST sobre a matéria	1147
10. Questões	1153
10.1. Questões objetivas.....	1153
10.2. Questões discursivas.....	1155
10.3. Gabarito das questões objetivas	1156

CAPÍTULO XI

DIREITOS TRABALHISTAS INESPECÍFICOS – RESPONSABILIDADE CIVIL DO EMPREGADOR 1157

1. Generalidades	1157
2. Natureza da responsabilidade civil do empregador.....	1159
2.1. Responsabilidade contratual x aquiliana	1159
2.2. Responsabilidade subjetiva x objetiva	1159
3. Conceito e natureza jurídica.....	1160
4. Ação ou omissão ofensiva	1161
5. Espécies de dano moral	1162
5.1. Dano moral puro	1162
5.2. Dano moral físico e estético	1162
5.3. Dano moral coletivo	1164
6. Dano moral e mero dissabor, aborrecimento ou transtorno	1165
7. Indenização e prescrição.....	1166
7.1. Indenização por danos morais.....	1166
A. Natureza da indenização por danos morais	1166
B. Cumulação de indenização por danos materiais e morais.....	1166
C. Critérios para fixação da indenização por danos morais	1167

D. Atualização monetária de indenização.....	1168
E. Incidência de imposto de renda.....	1168
7.2. Prescrição da pretensão relativa ao dano moral.....	1169
8. Casuística e jurisprudência.....	1170
8.1. Reconhecimento do dano moral na relação de emprego.....	1170
8.2. Não configuração do dano moral.....	1174
8.3. Revista pessoal.....	1177
8.4. Alegação de justa causa.....	1179
8.5. Questões processuais.....	1181
9. Assédio moral.....	1183
9.1. Previsão legal.....	1184
9.2. Conceito, denominações e características.....	1184
9.3. Espécies.....	1187
9.4. Assédio sexual.....	1187
9.5. Danos e outras consequências.....	1190
9.6. Casuística e jurisprudência.....	1191
10. Acidente do trabalho.....	1192
10.1. Conceito.....	1192
10.2. Doença ocupacional.....	1193
10.3. Responsabilidade civil do empregador.....	1194
A. Responsabilidade objetiva e subjetiva.....	1194
B. Concausalidade.....	1196
10.4. Acidente de trajeto.....	1196
10.5. Indenização.....	1197
A. Indenização por danos materiais.....	1197
B. Indenização por danos morais.....	1199
C. Cumulação de indenizações.....	1200
D. Compensação de indenizações.....	1201
10.6. Prescrição.....	1203
A. Suspensão do prazo prescricional.....	1203
B. Termo inicial do prazo prescricional.....	1204
11. Quadro sinóptico.....	1207
12. Informativos do TST sobre a matéria.....	1209
13. Questões.....	1224
13.1. Questões objetivas.....	1224
13.2. Questões discursivas.....	1226
13.3. Gabarito das questões objetivas.....	1227

CAPÍTULO XII

FISCALIZAÇÃO DO TRABALHO..... 1229

1. Generalidades.....	1229
2. Fiscalização.....	1229
2.1. Livro de inspeção do trabalho.....	1230
2.2. Autoridades competentes.....	1230
2.3. Inspeção.....	1231
A. Critério da dupla visita.....	1231
B. Procedimento especial de ação fiscal.....	1231
C. Inspeção no âmbito do empregador doméstico.....	1232
3. Autuação.....	1232
4. Imposição das multas.....	1233

4.1. Valor das multas.....	1233
4.2. Recurso administrativo.....	1234
4.3. Multa pela ausência de registro de empregados.....	1234
5. Inscrição, cobrança e prescrição.....	1235
6. Quadro sinóptico.....	1236
7. Informativos do TST sobre a matéria.....	1237
8. Questões.....	1237
8.1. Questões objetivas.....	1237
8.2. Gabarito das questões objetivas.....	1239

CAPÍTULO XIII

DIREITOS E INTERESSES TRANSINDIVIDUAIS 1241

1. Considerações iniciais.....	1241
2. Diplomas legais.....	1242
2.1. Ação civil pública.....	1242
2.2. Código de Defesa do Consumidor.....	1243
3. Direitos e interesses metaindividuais no direito do trabalho.....	1243
3.1. A tutela coletiva dos direitos na Justiça do Trabalho.....	1244
A. Competência.....	1244
B. Legitimidade.....	1245
C. Sentença e coisa julgada.....	1245
3.2. Direitos e interesses difusos.....	1246
3.3. Direitos e interesses coletivos <i>stricto sensu</i>	1247
3.4. Direitos individuais homogêneos.....	1248
3.5. Dano moral coletivo.....	1249
4. Quadro sinóptico.....	1251
5. Informativos do TST sobre a matéria.....	1251
6. Questões.....	1253
6.1. Questões objetivas.....	1253
6.2. Questões discursivas.....	1253
6.3. Gabarito das questões objetivas.....	1253

CAPÍTULO XIV

DIREITO DO TRABALHO DE EMERGÊNCIA 1255

1. A pandemia do coronavírus e seus efeitos no direito do trabalho.....	1255
1.1. Suspensão do contrato de trabalho para qualificação profissional.....	1256
1.2. <i>Factum principis</i>	1257
2. Regras gerais sobre os efeitos da pandemia do coronavírus.....	1259
2.1. Isolamento.....	1259
2.2. Quarentena.....	1259
2.3. <i>Lockdown</i>	1260
2.4. Faltas ao serviço.....	1260
2.5. Máscaras de proteção individual.....	1260
2.6. Requisição de bens e serviços.....	1261
3. Medidas legais complementares de combate aos efeitos da pandemia do coronavírus.....	1261
3.1. Auxílio por incapacidade temporária decorrente da Covid-19.....	1262
3.2. FGTS e PIS.....	1262
A. Extinção do fundo PIS/PASEP.....	1262
B. Liberação emergencial do FGTS.....	1263
3.3. Programa nacional de apoio às microempresas e empresas de pequeno porte.....	1264

4.	Programa emergencial de manutenção de emprego e renda	1264
4.1.	Vigência do PREMER	1265
4.2.	Medidas do PREMER	1265
4.3.	Acordo individual escrito	1265
4.4.	Negociação coletiva.....	1266
4.5.	Conflito entre o acordo individual e o instrumento coletivo negociado.....	1266
4.6.	Vigência da suspensão do contrato ou da redução da jornada de trabalho	1266
4.7.	Contribuição previdenciária.....	1267
4.8.	Entidades não beneficiadas pelo PREMER	1267
4.9.	Empregados excluídos do PREMER	1267
	A. Empregados aposentados.....	1268
	B. Gestante.....	1268
	C. Empregados cumprindo aviso prévio	1269
	D. Implementação parcial do PREMER.....	1269
4.10.	Redução da jornada de trabalho e do salário.....	1269
4.11.	Suspensão do contrato de trabalho	1270
4.12.	Cálculo do 13º salário.....	1271
4.13.	Cálculo das férias	1272
4.14.	Garantia provisória do emprego e estabilidade.....	1273
	A. Indenização em caso de dispensa sem justa causa.....	1273
	B. Estabilidade gestante	1273
	C. Estabilidade do deficiente.....	1274
4.15.	<i>Factum principis</i>	1274
5.	Benefício emergencial	1274
5.1.	Valor do BEm na redução da jornada de trabalho.....	1275
5.2.	Valor do BEm na suspensão do contrato de trabalho.....	1276
5.3.	Ajuda compensatória mensal.....	1276
6.	Medida provisória nº 927/20	1276
6.1.	<i>Home office</i> – Teletrabalho.....	1277
6.2.	Antecipação e suspensão de férias individuais.....	1278
	A. Antecipação do gozo de férias.....	1278
	B. Suspensão do gozo de férias dos profissionais da área de saúde.....	1279
	C. Pagamento das férias.....	1279
	D. Férias coletivas.....	1279
6.3.	Aproveitamento e a antecipação de feriados.....	1280
6.4.	Banco de horas.....	1281
6.5.	Suspensão de exigências administrativas em segurança e saúde no trabalho	1281
	A. Exames ocupacionais.....	1281
	B. Treinamentos.....	1282
	C. CIPA.....	1282
6.6.	Diferimento do recolhimento do FGTS.....	1283
6.7.	Profissionais de saúde – prorrogação da jornada de trabalho.....	1283
6.8.	Ultratividade temporária das normas coletivas.....	1284
6.9.	Legislado x negociado	1284
6.10.	Classificação legal expressa de força maior.....	1284
7.	Efeitos da doença covid-19 sobre o contrato de trabalho	1285
7.1.	A Covid-19 como doença do trabalho.....	1285
7.2.	Afastamento e retorno ao trabalho do empregado contaminado	1287
	A. Medidas gerais.....	1287
	B. Conduas em relação aos casos suspeitos, confirmados e contatantes.....	1288

C.	Higiene das mãos e etiqueta respiratória	1291
D.	Distanciamento social.....	1292
E.	Limpeza e higienização do ambiente de trabalho	1292
F.	Trabalhadores do grupo de risco	1293
G.	Equipamentos de Proteção Individual – EPI.....	1293
H.	Refeitórios	1295
I.	Vestiários.....	1296
J.	Transporte de trabalhadores fornecido pela organização.....	1296
K.	SESMT e Comissão Interna de Prevenção de Acidentes.....	1297
L.	Medidas para retomada das atividades	1298
7.3.	Obrigatoriedade da vacinação contra a Covid-19	1298

PARTE II DIREITO COLETIVO DO TRABALHO

CAPÍTULO I		
INTRODUÇÃO AO DIREITO COLETIVO DO TRABALHO		1303
1.	Conceito	1303
2.	Denominação	1304
3.	Aspectos históricos.....	1306
3.1.	Na Europa	1307
A.	Fase da proibição	1307
B.	Fase da tolerância	1308
C.	Fase da permissão legal	1308
3.2.	No Brasil.....	1309
A.	Fase embrionária	1309
B.	Fase da ingerência estatal	1310
C.	Fase de liberdade limitada.....	1311
3.3.	Evolução constitucional nacional	1312
A.	Carta de 1824	1312
B.	Constituição Federal de 1891	1312
C.	Constituição Federal de 1934	1312
D.	Constituição Federal de 1937	1313
E.	Constituição Federal de 1946	1313
F.	Constituição Federal de 1967/69.....	1314
G.	Constituição Federal de 1988	1314
4.	Conteúdo.....	1314
5.	Função.....	1315
6.	Natureza jurídica.....	1315
7.	Princípios do direito coletivo do trabalho	1316
7.1.	Liberdade sindical	1317
7.2.	Interveniência sindical.....	1317
7.3.	Autonomia coletiva.....	1318
7.4.	Intervenção mínima do Estado	1320
7.5.	Força normativa.....	1322
8.	Autonomia.....	1324
8.1.	Autonomia legal.....	1324
8.2.	Autonomia jurisdicional.....	1324
8.3.	Autonomia científica.....	1325
8.4.	Autonomia didática.....	1325

8.5. Conclusões.....	1325
9. Os conflitos coletivos de trabalho.....	1327
9.1. Espécies de conflitos coletivos.....	1327
10. Mecanismos para solução dos conflitos coletivos de trabalho.....	1328
10.1. Negociação coletiva – Autocomposição.....	1328
10.2. Mediação.....	1329
10.3. Arbitragem.....	1329
10.4. Greve – Autodefesa.....	1330
10.5. Jurisdição.....	1331
A. Espécies.....	1332
B. Natureza jurídica da sentença normativa.....	1332
C. Efeitos da EC nº 45/2004.....	1333
D. Legitimação e competência.....	1333
E. Acordo no dissídio coletivo.....	1333
F. Exclusão dos servidores públicos.....	1334
G. Coisa julgada.....	1334
11. Fontes do direito coletivo do trabalho.....	1336
11.1. Fonte constitucional.....	1337
11.2. Fonte infraconstitucional.....	1338
11.3. Fonte internacional.....	1338
11.4. Fonte jurisprudencial.....	1340
12. O problema das fontes normativas e dos princípios jurídicos.....	1340
13. Quadro sinóptico.....	1341
14. Informativos do TST sobre a matéria.....	1343
15. Questões.....	1344
15.1. Questões objetivas.....	1344
15.2. Questões discursivas.....	1344
15.3. Gabarito das questões objetivas.....	1345

CAPÍTULO II **ORGANIZAÇÃO SINDICAL..... 1347**

1. Estrutura sindical.....	1347
2. Associação profissional e patronal.....	1348
3. Sindicato.....	1349
3.1. Conceito.....	1349
3.2. Características.....	1350
3.3. Denominação.....	1351
3.4. Natureza jurídica.....	1352
3.5. Sistemas sindicais – modalidades e critérios de estruturação sindical.....	1352
3.6. Enquadramento sindical no Brasil.....	1353
3.7. Constituição do sindicato – registro.....	1356
3.8. Órgãos do sindicato.....	1357
3.9. Administração dos sindicatos.....	1357
3.10. Funções.....	1359
A. Função reivindicativa.....	1359
B. Função negocial.....	1360
C. Função institucional.....	1360
D. Função política.....	1361
E. Função assistencial.....	1361
3.11. Representatividade dos sindicatos.....	1363

4. Federações e confederações sindicais.....	1363
5. Centrais sindicais	1365
6. Organizações sindicais internacionais	1367
7. Trabalhador filiado – direitos e deveres.....	1367
8. Natureza jurídica do sindicato.....	1368
9. Representantes dos trabalhadores na empresa	1369
9.1. Previsão legal.....	1369
9.2. Candidatura à comissão de representantes	1370
9.3. Processo eleitoral.....	1370
9.4. Prerrogativas dos integrantes da comissão de representantes	1371
9.5. Atribuições da comissão de representantes.....	1371
10. Sindicalização no serviço público	1373
11. Sindicalismo rural	1374
12. Prerrogativas das entidades sindicais	1374
12.1. Representação e substituição processual.....	1374
12.2. Comissão de conciliação prévia intersindical	1376
12.3. Negociação coletiva.....	1377
12.4. Celebração de acordos e convenções coletivas.....	1377
12.5. Instauração de dissídio coletivo	1378
12.6. Ação de cumprimento.....	1378
12.7. Homologação de rescisão contratual.....	1379
12.8. Homologação de quitação anual de débitos trabalhistas firmada pelo empregado	1379
12.9. Deflagração de greve	1380
13. Sustentação financeira.....	1381
13.1. Contribuição confederativa.....	1382
13.2. Contribuição assistencial.....	1382
13.3. Contribuição sindical.....	1383
A. Recolhimento.....	1385
B. Divisão da arrecadação	1385
13.4. Contribuição negocial.....	1386
14. Limitações ao reconhecimento da plena liberdade sindical	1387
15. Garantias sindicais	1387
15.1. Estabilidade do dirigente sindical.....	1387
A. Comunicação	1388
B. Quantidade de dirigentes.....	1389
C. Dirigentes de associação e delegados sindicais	1389
15.2. Inquérito para apuração de falta grave	1390
15.3. Inamovibilidade do dirigente sindical.....	1390
16. Quadro sinóptico	1391
17. Informativos do TST sobre a matéria	1396
18. Questões	1398
18.1. Questões objetivas.....	1398
18.2. Questões discursivas.....	1404
18.3. Gabarito das questões objetivas	1404

CAPÍTULO III

LIBERDADE SINDICAL..... 1407

1. Liberdade sindical	1407
1.1. Liberdade de constituição.....	1408
1.2. Liberdade de organização	1409

1.3. Liberdade de administração.....	1410
1.4. Liberdade de associação, permanência e desfiliação	1410
2. Convenção nº 87 da OIT	1412
3. Modelo sindical brasileiro	1413
4. Conceito de categoria econômica e profissional.....	1413
4.1. Categorias conexas e similares	1414
4.2. Categoria profissional diferenciada.....	1415
4.3. Empregados de entidades sindicais.....	1416
4.4. Dissociação de categorias	1417
4.5. Agregação de entidades sindicais	1419
5. Óbices para o reconhecimento pleno da liberdade sindical	1420
5.1. Unicidade sindical.....	1420
5.2. Base territorial mínima.....	1421
5.3. Engessamento das categorias profissionais e econômicas.....	1422
5.4. Poder normativo da Justiça do Trabalho	1422
6. Quadro sinóptico	1423
7. Informativos do TST sobre a matéria	1425
8. Questões	1426
8.1. Questões objetivas.....	1426
8.2. Questões discursivas.....	1428
8.3. Gabarito das questões objetivas	1429

CAPÍTULO IV

NEGOCIAÇÃO COLETIVA..... 1431

1. Negociação coletiva.....	1431
1.1. Conceito e natureza jurídica.....	1432
A. Conceito	1432
B. Natureza jurídica	1432
1.2. Funções.....	1432
A. Função protetiva.....	1433
B. Função compositiva.....	
C. Função flexibilizadora.....	1433
1.3. Características	1434
A. Autonomia	1434
B. Bilateralidade.....	1434
C. Transacionalidade	1434
1.4. Classificação.....	1434
A. Quanto à existência de regras para a negociação.....	1434
B. Quanto à periodicidade da negociação.....	1435
1.5. Requisitos de validade.....	1435
1.6. Data-base.....	1435
1.7. Níveis de negociação	1436
1.8. Negociação coletiva na administração pública	1436
1.9. Princípios da negociação coletiva.....	1438
A. Princípio da obrigatoriedade da negociação coletiva.....	1438
B. Princípio da autonomia coletiva	1438
C. Princípio da cooperação.....	1438
D. Princípio da boa-fé objetiva	1439
E. Princípio da preservação dos interesses comuns	1439
F. Princípio da paz social	1439

1.10. Normativa internacional	1439
1.11. Limitações da negociação coletiva	1441
2. Diálogo social	1444
3. Representatividade	1445
4. Quadro sinóptico	1446
5. Informativos do TST sobre a matéria	1447
6. Questões	1449
6.1. Questões objetivas	1449
6.2. Questões discursivas	1449
6.3. Gabarito das questões objetivas	1449

CAPÍTULO V

INSTRUMENTOS NORMATIVOS NEGOCIADOS 1451

1. Considerações gerais	1451
2. Conceito	1452
3. Denominação	1453
4. Natureza jurídica dos instrumentos normativos.....	1453
5. Requisitos de validade	1454
5.1. Capacidade dos sujeitos.....	1455
5.2. Objeto lícito	1456
5.3. Forma prescrita ou não defesa em lei	1458
5.4. Assembleia geral.....	1458
5.5. Conteúdo dos instrumentos normativos.....	1459
A. Cláusulas normativas	1460
B. Cláusulas obrigacionais.....	1461
C. Cláusulas instrumentais	1462
5.6. Depósito, registro e arquivamento.....	1462
A. Depósito	1462
B. Registro	1462
C. Arquivamento	1463
5.7. Nulidade.....	1463
6. Características	1463
6.1. Vigência no tempo – provisoriedade ou temporalidade	1463
6.2. Incorporação das cláusulas dos instrumentos normativos negociados ao contrato de emprego (ultratividade ou aderência).....	1464
6.3. Abstratividade	1466
6.4. Generalidade.....	1466
6.5. Vigência espacial limitada	1467
6.6. Normas profissionais e os empregados públicos.....	1467
7. Hierarquia dos instrumentos normativos negociados.....	1468
7.1. Princípio da aplicação da norma estatal mais favorável	1469
7.2. Prevalência do negociado sobre o legislado – flexibilização	1470
A. A flexibilização na Constituição Federal.....	1471
B. Entendimento jurisprudencial	1471
C. Posicionamento da Doutrina	1473
D. Negociação de direitos individuais de crédito.....	1473
E. Reforma Trabalhista.....	1473
8. Convenção coletiva de trabalho.....	1477
9. Acordo coletivo de trabalho.....	1478
10. Efeitos das cláusulas	1479

10.1. Prorrogação.....	1479
10.2. Revisão	1479
10.3. Denúncia	1479
10.4. Revogação.....	1480
11. Quadro sinóptico.....	1481
12. Informativos do TST sobre a matéria	1484
13. Questões	1487
13.1. Questões objetivas.....	1487
13.2. Questões discursivas.....	1489
13.3. Gabarito das questões objetivas	1490

CAPÍTULO VI

GREVE.....	1493
1. Considerações gerais	1493
2. A greve no contexto global	1494
3. A greve no direito brasileiro.....	1495
3.1. No plano constitucional.....	1495
3.2. No plano infraconstitucional.....	1496
4. Conceito	1496
5. Espécies de greve.....	1497
6. Requisitos de legalidade	1498
6.1. Tentativa de autocomposição	1499
6.2. Autorização da assembleia-geral.....	1499
6.3. Aviso prévio de greve.....	1499
7. Direitos dos grevistas.....	1500
8. Abuso do direito de greve.....	1500
9. Efeitos da greve	1502
9.1. Sobre o contrato de trabalho	1502
9.2. Responsabilidade pelos atos praticados.....	1503
10. Julgamento de legalidade da greve	1503
11. Greve em serviços essenciais	1504
12. Greve no serviço público	1506
13. <i>Lockout</i>	1507
14. Quadro sinóptico.....	1510
15. Informativos do TST sobre a matéria	1512
16. Questões	1516
16.1. Questões objetivas.....	1516
16.2. Questões discursivas.....	1518
16.3. Gabarito das questões objetivas	1518

PARTE III ANEXOS

OJ'S DA SDI-1.....	1523
OJ'S DA SDI-2.....	1543
SÚMULAS DO TST	1553
BIBLIOGRAFIA	1591